

Transparência

Ministro pede a Lula, Lira e Pacheco explicações sobre orçamento secreto

Dino acolhe pedido de entidades que apontam descumprimento de decisão do STF que declarou o mecanismo inconstitucional

PEPITA ORTEGA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), instou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a se manifestarem sobre um alegado descumprimento da decisão que derrubou o chamado orçamento secreto – modelo que contemplava a distribuição sem transparência de emendas parlamentares para reduções eleitorais de deputados e senadores.

O despacho foi assinado por Dino anteontem, após duas entidades “amigas da Corte” narrarem “persistência de descumprimento” de decisão do STF. A petição cita reportagens do **Estadão** – que revelou o orçamento secreto em 2021 – sobre a falta de transparência dos repasses.

A Associação Contas Abertas e a Transparência Internacional Brasil pediram, ainda, uma manifestação célere do Supremo sobre o tema, evocan-

do as eleições municipais deste ano. Segundo as entidades, com a chegada do pleito, “aumentam os riscos de que recursos capturados do orçamento público sejam destinados para beneficiar candidaturas específicas apoiadas por parlamentares federais, violando o direito de livre escolha pelos eleitores e eleitoras”.

“É praticamente impossível rastrear na totalidade como foram aplicados os recursos da União distribuídos por emendas Pix”

**Associação Contas Abertas e
Transparência Internacional
Brasil**
Em petição ao Supremo

As entidades questionam três pontos: “o indevido de emendas do usuário-geral do Orçamento para efeito de inclusão de novas despesas públicas ou programações no projeto de lei orçamentária anual da União; emendas individuais na modalidade transferência espécie, as emendas Pix, com alta opacidade, baixo controle; e descumprimento da determinação de publicar informações relativas à autoria” das emendas do orçamento secreto e sua aplicação.

Segundo as entidades, as

duas primeiras questões – sobre a inclusão de novas despesas no Orçamento e as emendas Pix – envolvem “a elaboração e a execução orçamentária que perpetuam a violação dos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, e comprometem sobremaneira o planejamento orçamentário e a responsabilidade na gestão fiscal”.

A Associação Contas Abertas e a Transparência Internacional Brasil sustentam, por exemplo, que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição teria afrontado decisão do Supremo ao autorizar que o relator do Orçamento de 2023 apresentasse emendas para a ampliação de dotações orçamentárias.

‘DINÂMICA SIMILAR’. Para as entidades, o Supremo assentou que as emendas do relator se restringem à correção de eventuais erros e omissões. “Na prática, a execução das emendas feitas pelo relator-geral à Lei Orçamentária de 2023 sob essa normativa estabelece uma dinâmica similar à do chamado orçamento secreto para a distribuição de R\$ 9,85 bilhões”, argumentam.

Com relação às chamadas “emendas Pix” é apontado um “notável salto” no uso da modalidade de repasses, após a de-

Para lembrar
'Estadão' revelou
mecanismo em 2021

● **Sem controle**
Em maio de 2021, o **Estadão** mostrou como o governo Bolsonaro usava as emendas de relator-geral (RP9) para obter apoio no Congresso. Por meio do mecanismo, conhecido como orçamento secreto, parlamentares decidiam o destino de bilhões de reais, sem transparência. O repasse de recursos era feito de forma sigilosa

● **Julgamento**

Ao contrário das emendas individuais, no orçamento secreto não era possível saber nem quem tinha indicado a verba nem o valor. Em dezembro de 2020, o STF julgou inconstitucional o mecanismo. Então relatora, Rosa Weber apontou “regime de exceção ao Orçamento, em burla à transparência e à distribuição isonômica de recursos públicos”

cisão do STF sobre a inconstitucionalidade do orçamento secreto. A petição destaca como essas emendas também “operam à margem dos princípios constitucionais da impes-

soalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência”.

“É praticamente impossível rastrear na totalidade como foram aplicados os recursos da União distribuídos por emendas da Pix (mais de R\$ 6 bilhões só em 2023), mesmo se cada ente federativo beneficiado cumprisse a rigor as exigências legais de transparência ativa e publicassem, em seus portais de transparência, dados detalhados sobre a aplicação das emendas (o que sequer é o caso)”, frisa o documento.

O último ponto mencionado pelas duas entidades é o “descumprimento sistemático” da determinação para que o Executivo dê transparência às emendas declaradas inconstitucionais. Segundo a Contas Abertas e a Transparência Internacional Brasil, nenhum dos dez ministérios que manejaram as antigas emendas RPN em 2022 cumpriu integralmente as determinações da Corte máxima sobre a publicação, em seus sites, de informações sobre os repasses.

RP9. A emenda de relator-geral (RP9) foi criada em 2019 pelo então relator do Orçamento de 2020, deputado Domingos Neto (PSD-CE). Esse novo dispositivo tinha uma característica diferente das outras formas de repasse de verba: era distribuída conforme a conveniência política do governo, que determina a quanto cada parlamentar terá direito.

A indicação do destino do dinheiro era feita pelos congressistas de modo informal. Às vezes, essa destinação era registrada em ofícios, mas em outros casos os acordos eram apenas verbais. ●

Poderes

O 'rísvido' apelo do líder do PL por um Senado atuante ante o Supremo

Carlos Portinho (RJ)
afirma que cobrou do
presidente da Casa,
Rodrigo Pacheco
(PSD), ação contra a
'instabilidade política'

CAIO SPECHOTO
LUCI RIBEIRO
BRASÍLIA

O Senado vem sendo visto por parte da oposição como o local mais adequado para o avanço do bolsonarismo nas futuras eleições. Uma avaliação baseada no fato de a Casa que abriga os representantes dos Estados no Parlamento ter entre suas competências

não só aprovar previamente as indicações do presidente da República de nomes para o Supremo Tribunal Federal, como poder processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, os ministros da Corte.

Em entrevista ao *Estado/Broadcast*, o líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ) relatou uma conversa com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que, em suas palavras, foi "mais rispida". O tema foi exatamente a relação do Legislativo com o Supremo. O PL de Portinho – partido do ex-presidente Jair Bolsonaro – é, naturalmente, a principal legenda de oposição ao governo Lula e um agrupamento político que não poupa de críticas re-



Portinho sugeriu um almoço com todos os ministros do STF

correntes decisões e condutas dos ministros do STF. Na opinião de Portinho, por exemplo, a Corte promove ações de censura contra a direita do País.

'NÃO ESTÁ BOM'. "Eu chamei até a atenção numa conversa mais ríspida que tivemos na última reunião de líderes, porque ele é o presidente do Con-

gresso. Cabe a ele, até por ser um jurista e uma pessoa moderada de fato, conduzir, liderar essa discussão. Eu disse a ele: 'coloque os 11 ministros do STF, convide para um almoço na sua casa, e convide todas as lideranças'. A gente tem que sentar à mesa. E o presidente Pacheco me perguntou, 'mas você vai propor o quê?'. Eu falei que não sou o senhor da razão', disse o líder do PL.

Segundo Portinho, é preciso "abrir o diálogo". "Do jeito que está não está bom. Não está bom para a democracia, não está bom para o País e está gerando muita instabilidade política", afirmou o senador.

Portinho é advogado e tem 50 anos. Assumiu mandato na Casa Alta do Congresso em 2020 após Arolde de Oliveira (PSD-RJ), de quem era suplente, morrer por complicações do coronavírus. Foi líder do governo Bolsonaro em 2022, nos últimos meses da gestão.

Nesta semana, os senadores aprovaram proposta que criminaliza o porte de drogas, em mais uma reação da Casa ao Su-

premo. A Corte analisa processo sobre o tema com entendimento contrário ao texto votado pelos senadores. Em outras frentes hostis ao tribunal, o presidente da Casa é defensor da criação de mandatos para ministros da Corte e da limitação de decisões individuais dos magistrados.

Como revelou Vera Rosa em sua coluna no **Estadão**, o favorito para suceder a Pacheco a partir de fevereiro do ano que vem, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), já mandou recado aos magistrados. Avisei que, se o STF não der “um passo atrás”, a situação pode chegar até mesmo à abertura de impeachment contra algum magistrado.

Aliados de Bolsonaro estarão alinhados a essas pautas, se apoiando nos movimentos do ex-presidente: “Esse é o papel do Bolsonaro, exercer sua liderança. E tem feito isso muito bem, viajando pelo País. Vai estar no Rio, domingo, não tenho dúvidas de que vai ser um evento gigantesco como foi na Paulista”, disse Portinho. ●